

EDUCAÇÃO FÍSICA, DEMANDAS SOCIAIS E O SERVIÇO SOCIAL: RELAÇÕES POSSÍVEIS NO ÂMBITO ESCOLAR

Gisele F. de L. Santos¹
Universidade Estadual de Londrina

Ana Vitória Franco dos Santos²
Universidade Estadual de Londrina

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar a perspectiva de um professor de Educação Física sobre as demandas sociais de seus alunos, a relação destas demandas com sua ação docente e a contribuição do Assistente Social para o enfrentamento das multi expressões da desigualdade no âmbito escolar. Para nos subsidiar nas discussões a respeito do tema proposto, procuramos abordar e salientar a complexidade do tema, alguns princípios que orientam a educação brasileira, destacando assim principais atribuições, desafios e contribuições do Serviço Social na área da Educação, bem como o papel do professor de Educação Física, frente a esta realidade. Essa pesquisa e o levantamento de dados, por meio de um questionário objetivo com o total de 18 questões, realizadas em um colégio da rede estadual de ensino na cidade de Londrina no Estado do Paraná, localizada na região sul da cidade. No total, 188 estudantes do 8º e 9º ano do Ensino Fundamental e do Ensino Médio participaram. Além dos estudantes, uma professora de Educação Física que atua com estas turmas, também respondeu a um questionário com 5 questões subjetivas. Os dados obtidos nos questionários dos estudantes foram separados a partir do conteúdo das respostas, possibilitando uma análise quantitativa dos resultados. Nos dados coletados dos estudantes observamos que as demandas sociais que mais se destacaram, são aquelas relacionadas ao preconceito (devido o bairro que moram), ao convívio com a violência e os abusos, a fome e o desemprego, dentre outros fatores destacados. Nas respostas apresentadas pela professora, partiu-se para análise de conteúdo. Podemos observar que a docente considera essencial para uma melhor ação pedagógica conhecer a história de vida e a condição social de cada aluno e aluna, porque essas demandas se refletiram em suas aulas, mas ressalta que se tivessem no colégio profissionais que tem formação adequada para atuar com a demanda social de seus estudantes o cenário seria outro. Ao nosso ver, enfatizamos a importância de compreender o ser humano como um ser histórico, como compreender as relações sociais que constitui a vida dos alunos, nos permitindo estabelecer em nossa ação docente uma forma de ensino que possa ir ao encontro da necessidade do estudante, não se preocupando apenas no ensino dos saberes específicos da disciplina de Educação Física, mas procurando focar a formação do

ser humano como um todo e para isso, compreender a realidade social de nosso estudante é um ponto importante no processo de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Educação Física; Serviço Social; Demanda Social; Escola.

Introdução

As discussões sobre a importância da educação no processo de transformação social em nosso país, tem se tornado cada vez mais crescentes. Mas apesar de se compreender a importância das equipes multidisciplinares no âmbito escolar para auxiliar nesse processo, pouco (e porque não dizer praticamente nada) tem sido feito em relação, a implantação destas equipes no ensino público. Um destes profissionais que poderia contribuir com o processo de transformação social é o Assistente Social. Para Abranches (2019), este profissional favoreceria a concretização da relação contraditória entre um processo de formação de consciências. Segundo a autora, a atuação profissional em conjunto com a equipe pedagógica pode criar estratégias que permite desencadear novas formas de “práticas de resistência”, voltadas para uma mudança nas relações estabelecidas de alienação, fortalecendo a participação consciente e crítica dos estudantes em sua própria realidade.

Diante desse contexto, o presente trabalho tem como objetivo analisar a perspectiva de um professor de Educação Física de um colégio estadual, localizado na periferia da cidade de Londrina/Pr, sobre as demandas sociais de seus alunos, a relação destas demandas com sua ação docente e a contribuição do Assistente Social para o enfrentamento das mesmas no âmbito escolarizado.

Para nos subsidiar nas discussões a respeito do tema proposto, procuramos abordar princípios que orientam a educação brasileira, destacando as principais atribuições, desafios e contribuições do Serviço Social na área da Educação, bem como o papel do professor de Educação Física, frente a esta realidade.

Apontamentos sobre Educação Escolarizada

A educação, sob uma perspectiva crítica e reflexiva, deve ser compreendida como o processo que visa a “liberdade” do sujeito, de forma autônoma e crítica. Uma liberdade no que tange o poder de ação e de decisão. A Política de Educação prevê, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996), art. 4, o atendimento de todo cidadão brasileiro tem direito a estar matriculado e frequentando uma escola pública, de qualidade; a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, do Capítulo III, versa que a educação é direito de todos os cidadãos brasileiros e dever do Estado e da família, afim de que o ser humano possa se desenvolver plenamente, exercer sua cidadania e preparar-se para o trabalho. Este artigo da Constituição Federal ainda é reafirmado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, no artigo 53:

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - direito de ser respeitado por seus educadores; III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; IV - direito de organização e participação em entidades estudantis; V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Se observarmos a realidade da educação brasileira, infelizmente, veremos que muitos dos princípios que legislação educacional vigente prevê, não são atendidos. Vivemos em uma sociedade desigual, no qual a permanência da criança e do adolescente na escola e o baixo rendimento escolar, estão estreitamente ligada à diversos fatores, pauperismo, fome, violência, uso de substâncias psicoativas, condição de moradia, trabalho, dentre outros fatores que demandam intervenção de profissionais multidisciplinares e ações efetivas vindos do próprio Estado. A qualidade do processo de ensino-aprendizagem está totalmente interligado às relações sociais e materiais, que norteiam a vida do aluno, sendo imprescindível a reflexão dos processos históricos, onde muitos não têm acesso a uma educação de qualidades e realmente para todos.

Para Luckesi (1990, p.30;37) a educação escolarizada é como “uma instância mediadora de uma forma de entender a viver a sociedade [...] como um meio

para a efetivação de uma concepção de sociedade. Sendo assim, a função da educação no ambiente escolar é de formar os cidadãos para viverem e atuarem de forma crítica e emancipatória na sociedade que estar inserido. Não entendemos como um processo de construção individual e fragmentada, mas sim, um processo pessoal, influenciado pela construção coletiva, historicamente estabelecido e socialmente legitimado.

Não podemos ser ingênuos, de pensar que a proposta apresentada na legislação sobre uma educação reflexiva e crítica (que possibilita ao nosso estudante sua emancipação multidimensional), acontece normalmente dentro das escolas, mas também não podemos perder a esperança de que tal concepção possa um dia fazer parte de toda a educação escolar brasileira. Temos que ser conscientes de que o processo educacional tem condições de contribuir na transformação pessoal dos estudantes e na estrutura social e política de nossa sociedade, se houver condições reais para efetiva-lo.

Segundo Lino (2005), não podemos nos esquecer de que a escola não pode preparar os alunos apenas para o círculo vicioso de conteúdo; inevitável o conhecimento das diferentes áreas é de suma importância, mas a educação escolarizada deve incluir no processo de ensino e aprendizagem, as relações destes conhecimentos com o mundo do trabalho, com a família e com a cultura, a partir de uma concepção de educação que atenda a perspectiva apresentada nos documentos oficiais, de formar o sujeito para uma cidadania plena, baseada na reflexão e na criticidade, no respeito e na inclusão, de tal forma que possa transformar sua realidade se assim o desejar. Nessa perspectiva, a Educação Física, enquanto componente curricular, enquanto área de conhecimento, deve atender os princípios que orientam a todas as outras áreas de conhecimento inseridas no currículo escolar. Sobre a relação da Educação Física neste processo descoremos a seguir.

Ação Docente na Educação Física

O entendimento de que a Educação Física é uma disciplina curricular, assim como as outras disciplinas presentes no currículo escolar, nos leva a compreensão de que o professor da área, tem a mesma responsabilidade de formar

o estudante para o pleno exercício de sua cidadania, ao possibilitar a construção do conhecimento a respeito da motricidade humana e da própria cultura no qual está inserido, possibilitando que o estudante reflita e estabeleça relações críticas entre o que está sendo estudado e seu próprio cotidiano. Nesse sentido, Palma et al (2008) afirma que

Ao considerar a Educação Física como matéria do currículo escolar, entendemos que ela não pode ter tarefas diferentes dos demais componentes do contexto, muito embora apresente particularidades (saberes) que são próprias da área. Portanto, ela deve ser considerada como uma matéria escolar que objetiva o ensino de conhecimentos, sendo o movimento culturalmente construído seu referencial primário. (PALMA et al, 2008).

Em decorrência desse pensamento, o professor de Educação Física não pode ter uma postura que não o deixe em condições de ser um educador, um professor que ensina, alguém que se preocupa com a formação do seu aluno e se dedica para compreender suas limitações individuais, enquanto que seu trabalho docente está voltado para as necessidades coletivas. Isso nos remete a ideia de que não basta mais nas aulas de Educação Física, sistematizar métodos repetitivos de ações motoras, bem como propiciar inúmeras atividades, simplesmente como exercícios físicos de habilidades ou destrezas ou reprodução de esportes federalizados. O professor de Educação Física, em uma perspectiva crítica e reflexiva de educação, entende que suas aulas são momentos importantes para que seu aluno tenha a oportunidade de pensar sobre suas ações, seu cotidiano, suas escolhas e os caminhos que irá ou não percorrer.

Para Rangel et al (2005, p. 38), ao pensarmos na ação docente do professor de Educação Física, voltada para o ensino de conhecimentos específicos da área, vemos que elas constituem-se “[...] em direito e instrumento de transformação individual e coletiva, na busca da superação das desigualdades sociais, do exercício da justiça e da liberdade, da constituição de atitudes éticas de cooperação e de solidariedade.”

Por isso, não podemos pensar na ação docente do professor de Educação Física, apenas vislumbrando a intervenção pedagógica no processo ensino aprendizagem, como tendo somente os conteúdos escolares em mente. Precisamos

compreender que esta ação envolve muito mais que ensino de saberes, envolve uma relação social carregada de afetividade, de responsabilidade social que não nos permite avançar os limites de sermos educadores, mas também, não nos deixa esquecer que somos seres humanos e temos uma responsabilidade social com a comunidade na qual estamos inseridos.

Algumas questões nos permeiam nesse momento. Até onde vai nossa capacidade de instruir nossos estudantes em suas dificuldades, lutas e limitações? Nas escolas, quem pode colaborar com nossos estudantes em situações de risco, com a competência de não reforçar a conotação assistencialista e imediatista de ajuda? Seria, também, função do professor de Educação Física se preocupar com as demandas sociais de seus alunos? Conhecer estas demandas sociais, essa participação cabe ao docente? Essas e outras questões procuramos responder ao final desse estudo, quando pudemos analisar e discutir sobre os resultados obtidos.

A Atuação do Serviço Social no Âmbito Escolar

Quando começamos a nos questionar sobre a questão da Questão Social e sua relação com a ação docente do professor de Educação Física, entendemos que algumas ações iam ao encontro de outras profissões, que poderiam (e porque não dizer deveriam) estar compondo uma equipe multidisciplinar na escola, mas que não fazem parte da realidade educacional institucionalizada.

A promoção da cidadania, intervinda sobre o direito ao acesso universal da educação, como está na Constituição Federal de 1988, porém visto hoje que algumas das políticas sociais da educação permanecem de caráter seletivo, fugindo da ideia da política educacional pública para a garantia dos direitos. (CFESS/CRESS, 2011).

Assim, está estritamente ligado à prática profissional do Assistente Social, ao atuar no âmbito escolar, a garantia de acesso aos direitos, em específico à educação e pelas condições de permanência dos estudantes em sala, devidamente matriculados e frequentando as aulas. As contradições presentes, tanto na organização e no controle social, quanto no próprio papel do estado nesse processo, reforçam a necessidade do Assistente Social estar presente nas diferentes redes de ensino público. Uma equipe multidisciplinar, juntamente com a equipe pedagógica,

poderia orientar de uma forma mais apropriada os estudantes a lidar e superar as desigualdades sociais que permeiam suas vidas.

Para Yamamoto (2007), o Assistente Social, juntamente com os docentes pode auxiliar na forma de intervir nas relações sociais caracterizadas pelas contrariedades estabelecidas na desigualdade, na miséria e na pobreza, gerindo as políticas públicas de acesso de direitos à educação.

Sob perspectiva de desenvolvimento do estudante, a compreensão dos mesmos como formadores de opinião, transformadores do seu cotidiano (SOUZA, 2005, p. 30). Dessa forma, o trabalho do Assistente Social poderá dar um aporte para a equipe pedagógica, rompendo com a ideia assistencialista que se tem da profissão, introduzindo ações, programas, projetos, conforme preceitua a Lei nº8.662/93 de Regulamentação da Profissão (BRASIL, 1993), sobre suas atribuições e competências, para o rompimento conservador e pautando-se em uma dimensão crítica da sociedade.

Desde 2007 está em tramitação no senado, o Projeto de Lei 60/2007, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas de educação básica, identificando fatores que levam as interferências que atinge a permanência e o rendimento do aluno no âmbito escolar, elaboração de projetos pautados na inclusão, interlocução com a família e a comunidade, realizando mobilizações e movimentos para a maior participação dos estudantes à garantia dos direitos. E nessa perspectiva, que o trabalho do assistente social, em seu campo específico de atuação, contribuirá para a melhoria do enfrentamento dos problemas que os estudantes se deparam em seu dia a dia e irá ao encontro das expectativas que os professores, inclusive o de Educação Física, têm (ou deveriam ter) sobre o acesso e permanência dos estudantes na escola, com uma educação de qualidade, e para todos. O professor de Educação Física, o Assistente Social e os demais professores e/ou profissionais de áreas afins, podem formar uma rede de atendimento multidisciplinar, que contribui na criação de oportunidades que proporcionam reflexões e pensamentos críticos, no qual há espaço para diferentes “saberes”, respeito a diversidade, estímulo a criatividade e enfrentamento as dificuldades sociais que permeiam a realidade dos estudantes.

Procedimentos Metodológicos

Essa pesquisa se caracterizou como uma pesquisa, que segundo Meirinhos (2010), nos permite estudar o objeto em questão em seu contexto real, sendo possível utilizar múltiplas fontes de evidência (tanto qualitativas, quanto quantitativas) e enquadrando-se numa lógica de construção de conhecimento, incorporando a subjetividade do investigador. Nosso levantamento de dados foi feito em um colégio da rede estadual de ensino na cidade de Londrina/Pr, localizada na região sul da cidade e coletamos os dados com os estudantes e com uma professora de Educação Física que atua com as turmas em questão.

No total, compuseram a amostra, 188 estudantes, do 8º e 9º ano do Ensino Fundamental II e das três séries do Ensino Médio, que responderam a um questionário composto por 18 questões objetivas, que possibilitaram o levantamento de dados sobre as demandas sociais que os mesmos apresentam em sua realidade. As questões traziam informações sobre a caracterização de cada estudante, a realidade material sobre sua residência e seu bairro, o conhecimento dos mesmos sobre os serviços e programas disponibilizados pelo governo para a população em situação de risco e em condições de pobreza, dificuldades enfrentadas no transporte, no lazer, convívio com a violência, conhecimento sobre a atuação do Assistente Social, dentre outros.

Já o instrumento de coleta de dados direcionado para a professora, foi um questionário com cinco (5) questões abertas, que indagavam sobre as demandas sociais das suas turmas, os desafios em decorrência desta realidade social, a relação entre o conhecimento sobre a realidade dos alunos e sua ação docente e sobre o possível profissional que teria conhecimentos para auxiliar no enfrentamento dessas demandas. No instrumento foi possível fazer um paralelo sobre o conhecimento da professora sobre as demandas que seus estudantes apresentam e as respostas obtidas sobre essas demandas.

Os dados obtidos nos questionários dos estudantes foram separados a partir do conteúdo das respostas, possibilitando uma análise quantitativa dos resultados. Nas respostas apresentadas pela professora, partiu-se para análise de conteúdo que segundo Bardin (2011), nos permite analisar os dados por meio da

inferência e interpretação das respostas apresentadas, estabelecendo relações com as respostas dos estudantes.

Análise e Discussão dos Resultados

Antes de apresentarmos nossa análise dos resultados, vamos apresentar alguns dados referentes a identificação dos estudantes e as principais demandas sociais apresentadas pela amostra. Participaram da pesquisa 188 estudantes, sendo 59% meninas e 41% meninos, entre a faixa etária de 12 a 19 anos de idade. Em relação a cor, 53,7% se identifica como parda, 21% como branca, 18% como preta, 3,7% indígena, 2,6% amarela e 1% não se identificou.

Em relação a própria casa que mora e o bairro, 64% gosta muito tanto da casa, quanto do bairro, enquanto que 17,3% gostaria de morar em outra casa e outro bairro. Ao apontar as dificuldades sofridas por ele mesmo ou por sua família, 47% dos estudantes destacaram a dificuldade para encontrar emprego, seguido de 19% que identificaram a situação de separação e/ou divórcio dos pais e 13% a dificuldade em pagar o transporte público.

Na demanda social sobre a violência 61,3% afirmaram que conhecem alguém que sofreu algum tipo de violência e em relação ao tipo de violência que é mais comum em seu bairro, 57,3% apontou a violência física, 36% a violência psicológica e 6,7% violência sexual.

Ao ser perguntado se conhecia alguns dos seguintes serviços: 43% afirmaram conhecer o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), 46,6% a Unidade Básica de Saúde (UBS) e Unidade Pronto Atendimento (UPA), 13,3% o Centro de Assistência Psicossocial (CAPS), 7,3% o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e 15,3% a Companhia de Habitação (COHAB). Ao serem questionados sobre se conheciam alguém que já passou em alguma instituição de controle de violência, de punição ou de acolhimento, o maior destaque, em torno de 33%, foi para o Conselho Tutelar, 32% para o Distrito Policial, 16,3% a Fundação Casa e 14% casa lar, abrigo ou orfanato. A partir deste contexto, 72% afirmaram conhecer a profissão do Assistente Social, enquanto 28% não sabia do que se tratava a atuação profissional do mesmo.

Como podemos observar, as demandas sociais apresentadas estão diretamente relacionadas as desigualdades sociais, que segundo Guimarães (2017)

são permeadas não só pelas relações econômicas, mas também por todo um contexto social, econômico, fome, condição de saúde, orientação sexual e, ainda, desigualdades territoriais. Essa condição afeta diretamente o comportamento do estudante na aula e sua condição no processo de aprendizagem e convivência social.

Analisando os resultados obtidos na coleta de dados com a professora de Educação Física, destacamos três apontamentos a partir da opinião da docente sobre: as demandas sociais de seus alunos, a relação do conhecimento dessas demandas com sua ação docente, a contribuição do Assistente Social para o enfrentamento e intervenções demandas na escola.

A docente aponta que na atualidade as pessoas tem se preocupado, cada vez menos, com o outro e com suas necessidades; isso se reflete inclusive no ambiente escolar, no qual há um reforço em que os professores se preocupem apenas com os conteúdos que deve ensinar. Podemos observar a não concordância da professora na seguinte colocação:

“Muitos me criticam porque vejo a importância de conhecer a realidade social de meus alunos, de conhecer suas reais necessidades, de levar em consideração a história de vida deles. Dizem que tenho que me ater ao conteúdo de minha disciplina e ponto”.

A professora afirma ainda, que dar atenção a outros aspectos, não faz com que os objetivos de aprendizagem não sejam atendidos, pelo contrário; a mesma afirma que ensina os conteúdos propostos no planejamento e ainda aborda outros com um caráter de inovação. Outro aspecto destacado nos dados coletados com a professora de Educação Física, foi o fato da mesma levar em consideração e se inquietar com um aluno que não consegue correr por estar com fome; de que uma estudante não consiga se relacionar com a turma em um jogo, porque sofre abuso em sua casa; de que uma aluna de 13 anos de idade justifique que não pode fazer os movimentos corporais solicitados na aula, porque descobriu que esta grávida do traficante do bairro; do aluno que precisa de ajuda para esconder dos colegas que está usando a tornozeleira eletrônica e não quer sofrer preconceito na aula; dentre vários outros apontamentos que envolvem a realidade do estudante.

Podemos observar que a docente considera essencial para uma melhor ação pedagógica conhecer a história de vida e a condição social de cada aluno e

aluna, porque essas demandas se refletiram em suas aulas. *“Na nossa disciplina a “janela” está aberta e barreiras são ultrapassadas [...], podemos diagnosticar conflitos e situações que nem sempre são observadas em outras situações.”* (professora).

Dentre as situações observadas pela professora, destacou as conversas que pode ter com estudantes fora do horário de trabalho; conversas que envolviam as tentativas de suicídio, a falta de comida em casa e desemprego. Relatou a tristeza que sente ao se deparar com casos de alunos que são humilhados na busca pelo emprego (pelo simples fato de morar no bairro) e que acabam entrando no mundo das drogas por falta de opção. Segundo a docente, o maior impacto se dá quando ouve relatos de violência e de abusos, pois considera que é muito difícil ouvir e não saber o que fazer, segundo ela, os professores não são preparados para lidar com essas situações.

Ela concluía suas respostas, dizendo que as cozinheiras, zeladores, bibliotecárias, diretoras, pedagogas, professores, secretários, todos procuram fazer além do seu papel, de sua função, para ter um mundo melhor, um pouco mais de amor entre os alunos e alunas, mas ressalta que se tivessem no colégio profissionais que tem formação adequada para atuar com a demanda social de seus estudantes o cenário seria outro. Dentre esses profissionais destaca o Assistente Social e a Psicóloga(o). Finaliza seu posicionamento com apenas uma frase, que busca um resto de esperança e força para continuar a luta pela educação “Talvez um dia...”.

Considerações Finais

Ao levantarmos os dados referentes as demandas sociais dos estudantes dos quais analisamos, nos deparamos com um quadro que, apesar de tratar de uma pequena amostra, expressa a realidade de muitos estudantes em situações de risco em nossa sociedade.

Como observamos no referencial aqui destacado, o trabalho de uma equipe multidisciplinar na escola, contribuiria para uma educação com mais qualidade e uma formação crítica dos alunos com suas próprias realidades. O destaque para uma possível atuação de um assistente social no ambiente escolar, se apresenta como uma oportunidade de favorecer a reflexão e conscientização sobre o exercício da cidadania, seus direitos e deveres; do conhecimento sobre as políticas públicas,

bem como, a contribuição pela luta e enfrentamento contra as desigualdades sociais, sem o caráter assistencialista que se apresenta como uma solução imediatista para algumas demandas que enfrentamos no cotidiano escolar.

Mas enquanto não temos a oportunidade de termos profissionais com formação específica e adequada para atender as demandas que a equipe se depara todos os dias em suas aulas, os professores procuram estabelecer diferentes formas de desenvolver seu trabalho docente, mesmo com toda limitação que a própria estrutura política e econômica do país proporcionou ao processo educacional.

Ao nosso ver, buscar compreender os alunos como seres históricos, nossa ação docente uma forma de ensino que possa ir ao encontro da necessidade do estudante, de forma humanizada, não se preocupando apenas no ensino dos saberes específicos da disciplina de Educação Física, mas procurando focar a formação do ser humano como um todo e para isso, compreender a realidade social de nosso estudante é um ponto importante no processo de ensino e aprendizagem.

Referências

ABRANCHES, Mônica. **O Trabalho do Serviço Social na Educação: Democratizando as Relações pela Conquista da Cidadania**. Disponível em:

Acesso em

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Apresentação Carlos Roberto Jamil Cury. 7.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

BRASIL. **Lei que Regulamenta a Profissão do Assistente Social**. 1993. Lei nº8.662/93. Disponível em:
Acesso em 10/03/2019.

CEFESS/CRESS. **Conselho Federal de Serviço Social**. Disponível em:
<http://www.cfess.org.br/>. Acesso em: 20/03/2019.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1990.

DARIDO, Suraya C.; RANGEL, Irene C. A. **Educação Física na Escola – Implicações para a Prática Pedagógica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

FIGUEIREDO, Charles Barros de. **O trabalho do Assistente Social na educação: demonstração do plano de ação na escola**. 2011. 16 f. Mestrado - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

GUIMARÃES, Simone de J. **Desigualdades Sociais, Questão Social e Políticas Públicas**. In: Anais da VIII Jornada de Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão. Programa de Pós-Graduação. São Luis, 2017.

IAMAMOTO, M. V. **Aspectos da história do Serviço Social no Brasil**. In: _____. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica/ Marilda V. Iamamoto, Raul de Carvalho. – 21.ed – SP, Cortez; (Lima, Peru: CELATS, 2007).*

MACEDO, Lino. **Ensaio Pedagógico: Como Construir uma Escola para Todos?** Porto Alegre: Artmed, 2005.

MEIRINHOS, Manuel; OSÓRIO, António. O estudo de caso como estratégia de investigação em educação . **EDUSER: revista de educação, Vol 2(2), 2010 Inovação, Investigação em Educação** Instituto Politécnico de Bragança - Escola Superior de Educação. Disponível em: <https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/3961/1/O%20estudo%20de%20caso%20como%20estrat%C3%A9gia%20de%20investiga%C3%A7%C3%A3o%20em%20educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em 05 de março de 2019.

PALMA, Ângela P. T. V.; OLIVEIRA, Amauri A. B.; PALMA, José A. V. **Educação Física e a Organização Curricular**. Londrina: EDUEL, 2008.

POLITY, Elizabeth. **Intervenções Multidisciplinares na Escola: uma Visão Psicopedagógica**. O portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (**PePSIC**), Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v21n65/v21n65a06.pdf>. Acesso em 20 de fevereiro de 2019.

SCANDELAI, Aline Linares de Oliveira; CARDOSO, Danielhe Negrão. **A Importância Da Inserção Do Profissional De Serviço Social Em Cada Unidade Escolar Pública**, Presidente Prudente, n., p.1-8, 2005. Disponível em: <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/1121/1072>>. Acesso em: 14/04/2019.

Comunicação Oral

¹ giselesantos@uel.br (Docente do Curso de Educação Física Licenciatura da Universidade Estadual de Londrina; coordenadora do PIBID/EDF; coordenadora do projeto de extensão ABC do Jogo)

² anavfrannco@gmail.com (Discente do 2º ano do curso de Graduação de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina)

Linha 1